

QUANDO OS DE BAIXO SE MOVEM,
OS DE CIMA CAEM



**força aos
que lutam!**

***"Porque acreditamos mais no coletivo do que no individual,
porque estamos certos de que o pessoal só se desenvolve
plenamente no social: por isso somos socialistas.***

***Porque confiamos mais na responsabilidade que na
autoridade, mais na discussão que na imposição, mais no acordo
que na submissão: por isso somos libertários."***

TESE AO CONGRESSO DA COMISSÃO DOS BAIRROS DE BELÉM – CBB
CONTRIBUIÇÃO LIBERTÁRIA
Belém, 14 e 15 de janeiro de 1999

O QUE NÓS ESTAMOS FAZENDO AQUI?

Porque tantos centros comunitários e associações de moradores de Belém estão juntos discutindo propostas que levem a uma transformação da sociedade em vivemos? Vamos nos conhecer, vamos nos ouvir e respeitar, mas também vamos divergir, discordar.

Como estamos todos juntos, as idéias são muitas. Algumas vazias: palavras que o vento leva, teses que a vida enterra. Essas idéias são aquelas que matam o socialismo e continuam usando suas palavras com o cadáver entre os dentes. Só quando uma idéia se transforma em prática é que pode ser transformadora.

Os libertários organizados vêm a esse Congresso contribuir para uma transformação concreta: para nós, a única consequência lógica da crítica ao sistema capitalista e das aspirações de uma convivência solidária, livre e igualitária entre os seres humanos, é a construção de uma sociedade socialista libertária, através de um processo revolucionário que gere uma ruptura com o capitalismo.

Disse José Martí: os povos que não se conhecem têm que se dar a conhecer, como quem vai lutar junto. Se nos conhecermos, veremos que existem diferenças marcantes entre nós. Em primeiro lugar, nem todos aqui acreditam mais na revolução socialista. Em segundo lugar, muitos aqui acreditam que é preciso levar a luta revolucionária para dentro das regras e limites impostos pela legalidade burguesa.

São esses que matam o socialismo no cotidiano. O problema é que quando as propostas socialistas são resgatadas apenas para reformar o capitalismo e suas instituições, elas fortalecem o capitalismo e não o socialismo. Essa é a principal diferença que vemos aqui: nós buscamos a ruptura revolucionária e usamos os métodos e propostas libertárias para fortalecer os movimentos populares combativos e construir o poder popular. Outros, que chamamos de esquerda institucional, buscam ser a esquerda com que a direita adora disputar eleições. É a essa visão utilitarista de movimento popular que nossa tese se contrapõe. O Movimento Popular não pode continuar servindo de trampolim eleitoral para ninguém. A Comissão dos Bairros de Belém deve respeitar suas tradições de luta, se mantendo classista e combativa. Quem está no poder não deve nos interessar: seja quem for, teremos que continuar nossa luta por democracia, liberdade e justiça.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONJUNTURA

- 500 anos de ofensiva do capital nas Américas
- 500 anos de Resistência Popular

Desde que os europeus nos invadiram, somos escravizados. A América sempre serviu para um propósito: aumentar a taxa de lucros dos países centrais do capitalismo. Nosso sangue correu por isso, nosso suor foi gasto assim. Mas não apenas por isso suamos e sangramos: resistimos sempre.

A história do capitalismo nas Américas foi a da submissão dos povos daqui às necessidades da burguesia mundial. Primeiro nos lotearam, separando povos irmãos e fortalecendo os estados nacionais europeus. Assim facilitaram o saque: nossa prata e nosso ouro escorreram para as mãos ávidas da aristocracia européia.

Nesses tempos o lucro estava ligado à retirada dos minérios, e os grandes latifúndios exportadores enchiam os cofres europeus, alimentando os capitais nacionais. Aí começou nossa história de dependência econômica. Aí começou uma conquista que ainda não se completou. E não se completará enquanto continuarmos resistindo.

A resistência marca nossa história, desde sempre os povos indígenas se insurgiram frente a dominação de uma cultura e de um sistema que era estranho à sua rotina. Enquanto os ideais burgueses do capitalismo moderno legitimam o individualismo e a competitividade como forças protagonistas da história, os povos das Américas tinham ideais de solidariedade e ajuda mútua que norteavam suas vivências. E sempre que foi preciso pegaram em armas para garantir seu direito a uma vida livre e autônoma.

Mas os colonizadores tinham planos de massacres contínuos contra todos os que fossem contra seus domínios. Por isso mandaram para cá uma grande leva de imigrantes pobres de seus países de origem para servirem de mão de obra barata para aumento de suas riquezas e do capital tecnológico de suas colônias. Trouxeram os negros da Mãe África para serem escravizados nas fazendas dos latifundiários da nascente burguesia americana para sustentar e perpetuar uma exploração dentro de suas colônias por uma elite nacional conivente, que ganhou muito dinheiro neste jogo sujo do Imperialismo, jogo utilizados em todas os continentes do mundo, abençoado pela Santa Sé e pelos dogmas das elites mundiais

Só que junto com esses povos irmãos rejeitados e aniquilados crescia a consciência da necessidade da união de todos os que sabem dessa exploração, para unidos destruírem esse sistema. Os imigrantes europeus trouxeram as ideologias revolucionárias da organização dos trabalhadores que lutavam na Europa (viva Zapata, viva todas as CNTs), os negros trouxeram sua riqueza cultural e a força de suas idéias e atos (viva Zumbi, viva os quilombolas, viva os Panteras Negras), os índios nunca deixaram de lutar (viva Sepé Tiaraju, viva a confederação dos Tupinambás, viva Tupac Amará), enfim, todas as lutas que identificaram uma mobilização popular e uma ação direta contra os opressores (viva Canudos, viva os Cabanos, viva os estudantes combativos que lutaram contra todas as ditaduras, viva Lãs Madres de La Plaza de Mayo). Muitos exemplos poderíamos citar, mas o fato é que os companheiros tombados estão todos aqui hoje, vivos em nossas veias como gritos e como alternativas concretas por justiça, terra e liberdade.

Mas voltando aos opressores, é preciso entender o jogo de cartas marcadas que nos trouxe até esse estado de coisas. Após o acúmulo de capital e do avanço das forças produtivas nas colônias, as elites locais

buscavam maior autonomia para alcançar mais lucros do que as elites internacionais. Através dos ideais liberais protagonizaram muitas das "independências" de nossa América.

Posteriormente, com a industrialização massiva dos meios de produção e da maior exploração do trabalho em todos os países da periferia dos grandes centros do capital mundial, veio o fortalecimento das políticas populistas: de todos os lados investimento em um Estado forte, centralizado, autoritário (Getúlio), ditaduras em muitos países para barrar o avanço de uma revolução socialista e modelar essa fase de desenvolvimento econômico baseada na soberania nacional, investimento também quando necessário em lorotas de democracias burguesas representativas dos interesses das elites mundiais (eis o Parlamento) a legitimar uma exploração objetiva mascarado com discursos de liberdade e participação popular.

Sobretudo sempre que necessário uma intervençãozinha aqui outra ali dos donos do poder nos "países pobres", para manter a ordem - controlando as possíveis revoltas contra o sistema - e o progresso - aumentando os lucros e dividindo-os com as elites nacionais.

E a burguesia seguiu sendo a única protagonista de nossa história. Segue sendo. O velho esquema das vanguardas autoritárias, que dirigem a luta do povo, só legitima o esquema burguês de fazer política. Ou os trabalhadores são protagonistas de sua própria libertação ou não há liberdade possível.

Uma prova desse vanguardismo cego e autoritário que impede o avanço dos ideais socialistas foi o impeachment do Collor. No momento mais empolgante do processo, quando milhares de pessoas estavam nas ruas, o que se pedia era o Fora Collor. O resultado está aí: ele caiu fora e entrou outro ainda pior.

Pior mesmo é que a esquerda brasileira incorre no mesmo erro pedindo novamente: Fora FHC. E propondo eleições gerais que na certa vão resultar em um novo Fernando - ou Ciro, o nome não importa - cumprindo as ordens das elites. Quantas vezes ainda vamos acreditar na democracia burguesa? Não se pode chamar essa opção pelo jogo da direita de ingenuidade. A opção que a esquerda institucional faz quando prioriza as eleições burguesas, não é ingênuo: é muito útil para a burguesia, para os patrões e para os esquerdistas que se elegem ou conseguem cargos de confiança dentro das estruturas burguesas. Prejudicado é o povo, que fica impedido de protagonizar suas lutas.

A tarefa de uma entidade como a Comissão dos Bairros de Belém, principalmente no momento político que vivemos, é justamente garantir que o protagonista da história vai ser o povo trabalhador. A tarefa da CBB é organizar o povo, não para eleger alguém, mas para conquistar com suas próprias forças a democracia, a liberdade e a justiça.

O principal desafio dos moradores e lideranças comunitárias é manter viva a chama de todos que morreram em 500 anos de luta contra o capitalismo. Socialismo se constrói na luta, não nos gabinetes.

CENTROS COMUNITÁRIOS / ASSOCIAÇÕES DE MORADORES: ESPAÇO DE LUTA POR DIREITOS E PROJETO DE NOVA SOCIEDADE.

O movimento popular de bairro tem sua semente na emergência de necessidades básicas da dignidade humana, como moradia, transporte, educação, saúde, saneamento, principalmente a partir dos anos 70 do século XX. Foi quando emergiram também, com mais força, novas roupagens da exploração capitalista, sob os nomes pomposos de globalização, neoliberalismo e transnacionalismo.

Estes conceitos, forjados pelas classes dominantes a partir da Segunda Guerra Mundial, embutem velhas contradições do sistema capitalista, mas acirram novos problemas e desmascaram até mesmo as práticas da esquerda tradicional, que se mostra incapaz de responder às novas formas de dominação.

Os movimentos de bairro conformam uma nova frente de luta das classes dominadas, caracterizada principalmente pela heterogeneidade de interesses políticos e ideológicos e, ao mesmo tempo, pela possibilidade de conscientização e de autogestão das lutas — a ingerência de partidos políticos é mais difícil tanto quanto as organizações classistas são favorecidas nesse terreno.

O primeiro germe do movimento popular de bairro é a questão da moradia, agravada nas duas últimas décadas pelo avanço da especulação imobiliária e pela dificuldade de solução dos problemas fundiários no terceiro mundo. Um problema comum das classes oprimidas que rapidamente passou a ser uma causa de luta comum e uma fonte de união comunitária.

O problema da moradia se associa a outras demandas sociais — habitação digna é teto, rede de água e esgoto, energia elétrica barata, ônibus na esquina, asfalto, escola para todos, posto de saúde bem equipado, rádio comunitária e liberdade de expressão.

Ao contrário da avaliação da esquerda tradicional, que enxerga as lutas comunitárias como alheias à luta de classes, avaliamos que as demandas típicas dos Centros Comunitários e Associações de Moradores comprovam o caráter classista desses movimentos.

A luta das pessoas da comunidade é uma luta pela sobrevivência da classe trabalhadora. Se dá na esfera da reprodução, que está intimamente ligada às lutas da esfera da produção. Não existe uma dissensão entre o movimento operário nos sindicatos e o movimento dos moradores nos bairros da periferia. Pelo contrário, são complementares e, na atual conjuntura do capitalismo, quem mora na periferia das grandes cidades está no centro das grandes lutas do nosso tempo.

Senão vejamos. Em 1979, ascendem aos cargos principais da burguesia os partidos conservadores: temos Thatcher no ministério inglês e Reagan na presidência estadunidense. Com eles instala-se vorazmente a política

neoliberal, ainda não reconhecida como tal, mas já provocando fissuras na débil economia dos países latino-americanos, a ponto de a década de 80 ser considerada pelos economistas brasileiros como a "década perdida".

Dez anos depois, em novembro de 1989, em uma reunião organizada pelo Institute for International Economics e patrocinada pelo Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e governo estadunidense, os caciques da política econômica mundial acertaram várias diretrizes para a América Latina. Alguns economistas brasileiros participaram desse encontro, de que resultou um documento famoso para a posteridade como Consenso de Washington. A principal consequência para os oprimidos do continente latino-americano foi a falência total das políticas públicas e a doação caridosa de todo o patrimônio estatal aos escroques da especulação transnacional.

Um bom exemplo da aplicação competente desse consenso no Brasil foi a venda da segunda maior mineradora do mundo, a Companhia Vale do Rio Doce, em um processo vantajoso apenas para o comprador, um playboy endinheirado especialista em especular nos mercados emergentes: Benjamin Steinbruch. Este senhor cancelou investimentos fundamentais para a economia paraense e pode-se prever degradação cada vez maior em um dos mais belos e ricos ecossistemas do mundo — a serra dos Carajás.

A principal consequência dessa política neoliberal para os trabalhadores é o desemprego. As empresas privatizadas reformularam seus quadros com demissões em massa e as grandes indústrias multinacionais investem mais e mais na mecanização, tirando das linhas de produção milhares de operários e fazendo sobrar seus milhões para aplicação nos mercados especulativos.

Não é só a sobrevivência dos operários que está em risco com o desemprego: também a sobrevivência dos sindicatos fica cada vez mais difícil. O aumento nas taxas de desemprego implica numa diminuição nos quadros de associados e as lutas dos sindicatos envolvem: brigar por melhores salários, melhores condições de trabalho e avanço dos direitos trabalhistas é irreal: a briga agora é para evitar as demissões e as negociações se pautam em programas de demissão voluntária, emprego temporário, férias coletivas.

Competindo com o desemprego, o fim das políticas públicas aumenta a pauperização da classe trabalhadora e faz crescer a importância do movimento comunitário, porque o avanço do capital privado sobre os direitos essenciais da população se caracteriza como uma das principais bandeiras de luta dos movimentos sociais latino-americanos na década de 90.

Saúde, educação, habitação e alimentação são cada vez mais questões de poder. Poder pagar. Burgueses e trabalhadores não mais se diferenciam apenas ambigualmente como dominadores e dominados, exploradores e explorados, opressores e oprimidos. Uma diferença menos sutil se afirmou, modificando o caráter das lutas mas não sua natureza: agora somos excluídos ou incluídos.

Esta diferenciação tem um paradigma cuja compreensão é fundamental: o mercado. Por visualizar a magnitude do mercado nas decisões políticas e na aplicação do neoliberalismo é que o movimento Zapatista representa tanta esperança para o povo mexicano. Por enfrentar diretamente a força do capital financeiro representado na especulação fundiária é que o MST se configurou como alternativa de luta para os brasileiros. Nos movimentos de bairro está a voz dos excluídos do Brasil: ainda fraca e pouco audível, mas cada vez mais presente no movimento hip hop e nas rádios comunitárias. O crescimento desses movimentos e um tom mais alto de voz dependem do avanço da organização dos trabalhadores.

A partir do momento em que nós trabalhadores fomos jogados nos bairros periféricos, logo nos organizamos e espaços comunitários para lutarmos por nossos direitos: saúde, saneamento, educação, arborização e transporte passaram a ser reivindicados para nossa sobrevivência. Pela experiência prática nessas últimas décadas, podemos confirmar que não basta apenas reivindicar esses direitos. É preciso estar organizado para combater o capitalismo enquanto sistema dominante. É necessário transformar cada espaço coletivo comunitário num embrião da sociedade socialista.

Precisamos fazer com que mais trabalhadores participem das reuniões e demais atividades comunitárias. Para isso, a estrutura organizacional das entidades precisa ser descentralizada, pois estrutura hierárquica é uma característica da sociedade capitalista. Se nós lutamos pelo socialismo, essas entidades precisam romper com tal estrutura. Além disso, transformar estas associações em espaço propagador dos ideais socialistas, que se contraponham à lógica do individualismo e egoísmo que o capitalismo tanto influencia diariamente. Valores como solidariedade, apoio mútuo, classismo e outros precisam ser cultivados no cotidiano das comunidades.

CONSTRUIR O PODER POPULAR NA COMUNIDADE

Colocaram na nossa cabeça que vivemos em uma "democracia", que "todos podem escolher seus representantes através do voto". Só que o que a TV não nos diz é que o Estado serve apenas para manter os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. A "democracia" deles é aquela que mata o povo de fome, que não tem educação para todos, que não tem comida para todos, que não tem saúde para todos, nem casa, nem terra, nem emprego.

A "democracia" deles é aquela que dá o dinheiro do povo para o rico ir a praia. É aquela que de vez em quando suja os pés na lama das baixadas, distribuindo comida e pedindo votos. Quem governa está comprometido em controlar a população, cobrar impostos, reprimir os movimentos populares. Quem governa está com o rabo

preso com as estruturas de poder, com as elites. O Estado é uma ferramenta da classe dominante, dos ricos, utilizada para controlar o povo.

Por isso tudo queremos construir um outro poder, um poder desde baixo, desde o mais humilde, um poder popular, sem ligação nenhuma com as estruturas que só servem para os ricos. Temos que lutar para construir em cada bairro, em cada escola, em cada família, um poder onde todos participem e decidam com respeito, e sem oportunismo, pelo bem de todos os explorados, pois é o povo que vai gerar a nova sociedade, socialista e libertária.

Somente o povo organizado pode ser de fato o protagonista da luta pelo socialismo. Políticos profissionais, sejam de direita ou de esquerda, vislumbram chegar aos postos mais altos da sociedade, e este caminho é incompatível com nosso propósito de chegar ao poder popular. Aliás, o poder popular que defendemos não tem nada a ver com a proposta de Orçamento Participativo desenvolvida em algumas partes do Brasil por políticos profissionais da esquerda institucional. Nessas experiências, o povo se digladiava por migalhas e isso não pode ser confundido com o poder popular. Consideramos o poder popular um preâmbulo do socialismo.

As lutas que se desenvolvem nos bairros podem constituir-se nos primeiros passos em direção a este objetivo. Se o povo forja a descentralização desde já, terá mais condições de realizá-la no futuro. Cada Centro Comunitário, Associação de Moradores, tem que ser considerada uma micro-instância social que gerenciará a sociedade socialista. Precisamos tornar essas instâncias autônomas em relação aos políticos profissionais – de direita ou de esquerda. Defendemos a ação direta como fator preponderante para conquistarmos nossos direitos e conseqüentemente o poder popular.

140 MIL DESEMPREGADOS, 70% DA CIDADE SEM SANEAMENTO: SÓ A ORGANIZAÇÃO POPULAR RESOLVE OS PROBLEMAS DE BELÉM.

Belém formou grandes bolsões de miséria, provocados por um crescimento desordenado, com bairros imensos, sem as mínimas condições básicas de vida para o povo. Esta situação contrasta com a situação da classe dominante da cidade. Dada esta conjuntura, surgiram diversos Centros Comunitários que, organizando a classe oprimida, vêm demonstrando o quanto é possível lutar e obter melhorias. Em 1979, surgiu a Comissão dos Bairros de Belém – CBB, entidade que federalizou os Centros Comunitários da cidade, com o firme propósito de unificar as lutas travadas em lugares dispersos. Os diversos bairros, a partir daí, começaram a manter uma relação bem mais constante, em torno não apenas da questão da moradia, mas também em torno de outras irregularidades que são igualmente comuns a todos os bairros periféricos de Belém.

Em 20 anos de luta, muitas vitórias foram alcançadas. Mas hoje em dia a entidade está esvaziada por uma contradição insolúvel: a falta de limites entre o poder do estado e o poder do povo. É que a CBB está atrelada a correntes reformistas da esquerda institucional, que pretendem antes uma conquista do poder sem modificá-lo, a uma ruptura com o sistema que aí está.

A situação em Belém é emblemática do caminho tomado pelos movimentos populares em muitas cidades do Brasil. As principais lideranças que dirigem algumas entidades populares são funcionárias – em cargos de confiança – da municipalidade, desde que assumiu a prefeitura um partido de esquerda.

E as demandas populares estão cada vez mais confinadas às estreitas e perigosas consignas elaboradas justamente pelo estado que, como dissemos anteriormente à exaustão, é o principal adversário das lutas comunitárias. Frisamos: o Estado não deixa de assumir esse papel quando está sendo administrado por forças da esquerda; não deixa de ser um estado burguês quando estão no poder os partidários da esquerda institucional. Nessa situação, a luta é até mais difícil, justamente pelo atrelamento das lideranças mais tradicionais que, compromissadas até a raiz dos cabelos, com as propostas do Estado, já não podem combatê-lo como exigem os interesses dos trabalhadores. Pelo contrário, quando é esta a conjuntura, as lideranças tradicionais tem dois caminhos: ou rompem em definitivo com a esquerda institucional, ou atrasam, sabe-se lá até quando, as lutas daquela que foi a sua comunidade.

Vivemos o problema na carne desde o aumento das passagens de ônibus. A prefeitura, de esquerda e dita do povo, aumentou as tarifas do transporte coletivo acima da inflação e bem acima do poder aquisitivo da população.

Mesmo os militantes da esquerda que continuam aviltando sua condição política nas disputas eleitoreiras reconhecem que esse aumento ultrapassou os limites do absurdo: ele contraria a própria lógica da legalidade burguesa. A prefeitura desobedeceu a lei orgânica do município ao reajustar a tarifa do transporte coletivo sem levar em conta dois itens fundamentais, tanto do ponto de vista jurídico quanto do ponto de vista moral: o poder aquisitivo da população e a inflação.

Essa irregularidade do reajuste deu chance para que a Ordem dos Advogados do Brasil entrasse com uma ação civil pública na 5ª Vara de Justiça Federal pedindo a suspensão do aumento. O julgamento dessa ação deve estar sendo concluído no início da próxima semana. A Câmara dos Vereadores estuda a criação de uma CPI para tentar entender quais os reais motivos por trás do aumento – é a direita se aproveitando da incoerência da esquerda. A Associação dos Usuários de Passageiros denuncia a planilha dos empresários como fraudulenta e lembra dos 16 milhões de reais que o Setransbel (Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo de Belém) deve aos cofres públicos pela não instalação da bilhetagem eletrônica. Nem mesmo o partido a que pertence o prefeito tem a desfaçatez de apoiar o aumento, que foi homologado contra uma decisão do diretório municipal do PT.

Estudos do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos, um dos mais respeitados institutos de análises econômicas do país, comprovam que a nova tarifa incide diretamente sobre o salário mínimo, comendo mais da metade dele no caso dos cidadãos que precisam pegar quatro conduções por dia – situação da maioria de nós.

Não é só isso: esse aumento é injustificável de todos os pontos de vista. A toda poderosa Cristina Baddini, presidente da Companhia de Transportes de Belém - CTBel, justificou o aumento através da necessidade de renovação da frota e do acordo trabalhista com os rodoviários. O primeiro argumento é mais furado que peneira: os empresários de ônibus de Belém nunca renovam a frota, e esse já é o terceiro aumento da prefeitura petista. O segundo é pior ainda: os rodoviários entraram em acordo com os patrões depois de uma greve no primeiro semestre, pela promessa de que o ticket-refeição seria aumentado para R\$ 57,00. Até hoje não receberam nenhum tostão.

A única resposta para essas atitudes da esquerda no poder é a mesma que damos quando a direita está no governo: mobilização popular, auto-organização dos trabalhadores, democracia direta e ação direta. Não se pode confundir estado com Movimento Social. Era o que fazia, por exemplo, como estratégia para calar o povo, o governo populista de Getúlio Vargas. Ele institucionalizou os sindicatos, ligando-os umbilicalmente aos objetivos do próprio governo através da colocação de "pelegos" nas direções. Populismo significa aliciar as classes populares e foi uma estratégia importante do fascismo na construção da hegemonia. E a esquerda institucional brasileira tem essa tradição populista firmemente arraigada em sua prática política.

O que podemos perceber depois do aumento do ônibus é que a esquerda no Poder é tão sensível às pressões dos capitalistas quanto a direita. Também demonstra que a esquerda institucional, ao escolher o caminho da democracia burguesa para suas aspirações de Poder, tenta engessar os movimentos sociais, confundindo estado com sociedade numa salada que só é ruim para os trabalhadores. Algumas lideranças desses movimentos estão impedidas de fortalecer a mobilização popular simplesmente porque são assessores especiais da prefeitura, com direito a altos salários e outras regalias. Outras lideranças temem "trair" os "companheiros" e acabar fortalecendo a direita na corrida eleitoral, porque mesmo não obtendo grandes vantagens do governo, continuam enxergando a eleição como a única possibilidade política.

E nossa tarefa como lutadores do povo, nesse momento, é fazer da prática política uma forma de pedagogia, expondo ao nosso povo o que acontece quando a opção é pela democracia burguesa, e deixando mais claro que nosso rumo é a construção da auto-organização e do poder popular. Esses fatos confirmam nossa opção pela militância nas entidades populares, junto ao nosso povo, e nos impõem a tarefa de avançar na organização popular.

Para organizar, a CBB precisa ter em mente princípios fundamentais, que diferenciam a burguesia dos trabalhadores há mais de um século, e que são nossas principais ferramentas de luta.

A Ação Direta tem que ser nosso método, nossa principal estratégia de luta. É o único meio pelo qual o povo organizado vai para o enfrentamento, buscando conquistas econômicas e políticas agindo diretamente contra o inimigo de classe sem intermediários auto-elegidos. É a prática da mobilização, da luta no asfalto e na piçarra. Prática que a história nos demonstra ser a única viável no avanço da luta popular. É a potencialização de lideranças que sabemos ter em cada um de nós. Todos somos um líder em potencial e por isso podemos agir coletivamente independente de políticos profissionais (parlamentares, juizes, prefeitos, governadores, presidentes, diretores). A Ação Direta é a ferramenta pelo qual o povo sempre conquistou suas reivindicações. Toda a história de garantias sociais dos trabalhadores foram oriundas dela, da ação direta, única linguagem entendida pela classe que concentra o poder. A força da ação direta, a necessidade da justiça conquistada: esse é o único argumento capaz de chegar ao coração dos burgueses.

O Federalismo é a única forma de garantir que todos decidam sempre. É a forma de organização que vai estimular a participação em vez de impedi-la. É isso que buscamos e o federalismo é o principal instrumento dos trabalhadores para abolir o autoritarismo e as lideranças autoproclamadas. O federalismo só funciona com horizontalidade e respeito mútuo pelas opiniões e posições dos companheiros. No federalismo, cada companheiro, cada centro comunitário, cada entidade popular representa apenas a si própria e por isso as decisões são responsabilidade de cada um e de todos.

Federalismo significa descentralização. Um não se submete ao outro, e todos se submetem apenas à decisão coletiva.

A Democracia Direta tem que ser a nossa forma de decisão. Além de horizontalidade e descentralização deliberamos prioritariamente por consenso. O debate honesto e franco, a humildade de ouvir e ser ouvido são as armas que devemos ter para exercer a democracia direta. É assim que avançamos na elaboração e na proposição: buscando a proposta consensual e a política que nasceu de todos. Deve existir a consciência de fazer parte de um coletivo. Quando o consenso não é possível, e muitas vezes ele não vai ser, a maioria decide, por votação. E o coletivo acata e executa a deliberação, sempre.

A democracia direta é a garantia de que todos expressam seus anseios e necessidades, que se respeitem as vontades e opiniões de igual para igual e que se alcance a melhor decisão para todos.

O Classismo é nossa consciência e nossa identidade maior, o que nos une aos trabalhadores de todo o mundo. É a certeza do lado em que estamos, do campo em que atuamos e de quem é o inimigo. Não aceitamos colaboração de classes, porque temos consciência de que a sociedade capitalista está dividida em opressores e

oprimidos e não admitimos a opressão. É a nossa arma para afogar o que há de opressor em cada um e no seio da classe. É o nosso posicionamento no mundo e nossa colocação na vida e na luta. É saber que existem dois projetos em disputa e que um significa fome, miséria e repressão. Estamos com o projeto da liberdade, da luta e da dignidade porque é este o projeto de nossa classe.

A auto-organização é a forma de nos organizamos por nossas próprias vontades, sem ingerência de chefes, diretores ou presidentes. Em coletivo, encontraremos nós mesmos a nossa organicidade e a "cara" de nossa organização, seja no grêmio, no centro comunitário ou no sindicato. Nessa prática, temos que acabar com as relações de dependência entre as pessoas, criadas pelo vício parlamentarista e vanguardista.

O Apoio Mútuo é o oposto da competitividade, do individualismo, do autoritarismo e da concorrência, valores burgueses tão difundidos neste final de século. São os valores da comunidade, os valores de nossa classe, feita de gente honesta e humilde, que devem pautar todos os nosso relacionamentos. É a prática do mutirão, da solidariedade de classe, do respeito e da cooperação, como forma de fortalecer a consciência e a coragem dos trabalhadores. Com apoio mútuo, o marido não bate na mulher ou nos filhos, ninguém vê um vizinho passando necessidade sem ajudar, ninguém apóia o cobrador quando o estudante quer passar com a carteirinha de meia-passageira e nenhum rodoviário cumpre as ordens da patronal sabendo que os estudantes conquistaram com luta o direito. Rigor e raiva, só com a classe opressora, nunca com um companheiro de classe e muito menos com um companheiro de luta. A mão estendida e os braços abertos aos companheiros e companheiras e o punho fechado para golpear os inimigos de classe.

A LUTA COMUNITÁRIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Historicamente o movimento popular – comunitário tem como inimigo o Estado na esfera municipal. É ele que assume o papel da classe dominante. A classe oprimida tem reivindicado desta Estado políticas Públicas, que dêem condições melhores de vida para nosso povo.

Com o avanço das idéias neoliberais, nosso povo vem sofrendo ainda mais com a falta de recursos para o atendimento das necessidades básicas.

Entendemos que torna-se tático reivindicarmos políticas públicas, pois pagamos impostos. E esses recursos tem que retornar para o povo, através de políticas públicas eficientes. Porém, frisamos que exigir políticas públicas não significa se atrelar à estrutura do Estado-Parlamento.

BANDEIRAS DE LUTA

Saúde: mais hospitais públicos; pelo menos um posto de saúde equipado em cada bairro; médico de família e agentes comunitários de saúde; farmácias comunitárias com plantas medicinais, orientação médica e distribuição gratuita; programas de assistência gratuita a adolescentes grávidas, dependentes químicos, soropositivos.

Transporte: ônibus 24h, tarifas congeladas, passe-livre para estudantes e desempregados, fim do monopólio dos transportes, construção de ciclovias com sinalização, pavimentação de todas as ruas e passagens, paradas de ônibus com cobertura de materiais não poluentes e condizentes com o clima da cidade; por um Conselho da classe oprimida municipal de transportes, com poder deliberativo e resolutivo.

Áreas de lazer, quadras poliesportivas, praças, parques ambientais preservando a mata amazônica e política de reflorestamento e arborização onde ela já não existe mais.

Saneamento: isenção no pagamento de água para desempregados e moradores com renda mensal de até dois salários mínimos (subsidiado pelo aumento da tarifa aos grandes empresários e comerciantes); tarifas congeladas para toda a cidade; sistema de esgotamento sanitário em toda a cidade, de acordo com projeto ambiental; programas de educação ambiental financiados pelo estado, para toda a população, principalmente nas baixadas; multa para empresas poluentes do distrito industrial e de todos os bairros, com repasse para as associações de moradores; contra a privatização das empresas de água e esgoto.

Limpeza pública: criação de cooperativas de reciclagem de lixo seco e orgânico; coleta seletiva de lixo; lixeiras nas calçadas a cada 100m, incinerador municipal ara lixo hospitalar; todas as empresas tem que construir estação de tratamento de resíduos, sendo proibido o lançamento de restos industriais na natureza.

Luz: Isenção do pagamento da tarifa para desempregados e famílias com renda até dois salários mínimos; fim da taxa de iluminação pública e da tarifa básica; construção de iluminação pública em todas as ruas com fotocélulas; isenção tarifária para postos de saúde, escolas e creches comunitárias; reversão da privatização da Celpa; tarifas congeladas para toda a cidade.

Comunicação: pelo fim do monopólio das comunicações; rádios comunitárias sem limite de freqüência ou abrangência, para todas as comunidades, fiscalizadas pelo Conselho Comunitário de Comunicação; TVs comunitárias nos mesmos moldes das rádios; central de informações comunitárias, por município; fim das propagandas governamentais com recursos revertidos para a instalação de rádios e tevês comunitárias.

Ecologia Social: criação de hortas comunitárias, sem o uso de agrotóxico; criação de cooperativas de reciclagem de lixo; arborização de ruas e passagens nas baixadas; cuidado e zelo pelas mangueiras;

PROJETO DE CONSTRUÇÃO DO SEMINÁRIO SOBRE REFORMA URBANA.
"Universidade e comunidades na luta pela reforma urbana"

APRESENTAÇÃO:

Este é um seminário que visa reunir estudantes e comunidade para em conjunto debater a questão da reforma urbana na área metropolitana de Belém, com intuito de tirar como fruto destes debates a construção de um Núcleo Universitário de Apoio a Reforma Urbana (NUARU) que através de projetos de extensão interdisciplinar construídos pelos estudantes interessados e pela comunidade, possam apoiar a luta popular pela reforma urbana.

JUSTIFICATIVA:

A construção do seminário sobre reforma urbana e a posterior construção do Núcleo Universitário de Apoio a Reforma Urbana (NUARU), tem sua justificativa no processo crescentê de ocupações urbanas desordenadas e criação de várias periferias, (onde a falta de infra estrutura, saneamento, acesso a educação, saúde, e todos os outros elementos para propiciar moradia digna, contribuem para o aumento da violência da miséria e todas as outras mazelas sociais), causadas pela injustiça social advento da concentração de capital pela classe dominante, soma-se a isso a instalação durante a década de 60 e 70 dos grandes projetos na Amazônia paraense que atraíram levas de trabalhadores de outras regiões, em que ao término dos trabalhos vieram para Belém e outras áreas do Pará, sem alternativas ocuparam indiscriminadamente áreas na periferia que acabaram por se transformar em bolsões de miséria, traduzindo-se em exclusão que marginaliza camadas sociais, segregando-as social e espacialmente, sendo este quadro fruto de uma sociedades de interesses que escamoteiam e negam constantemente os direitos da população, mais especificamente o acesso a uma habitação digna.

No tocante as ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belém cresceram consideravelmente no correr da década de 90, resultando num brusco aumento das áreas segregadas onde predomina a miséria. Registra-se na RMB de 1982 à 1997 a ocorrência de aproximadamente 400 áreas de ocupações urbanas, fora o aumento das ocupações de unidades habitacionais inacabadas, também na mesma década.

Esta realidade, por sua vez, está presente no cotidiano de todos os que trabalham ou estudam na UFPa, pois no entorno da universidade está uma das maiores áreas de ocupação urbana de Belém, sendo hoje mais um bolsão de miséria. Os estudantes, por sua vez, estiveram por muito tempo de "olhos fechados" para além dos muros da universidade, tornando a instituição sem legitimidade perante a comunidade, o que se materializa nos constantes assaltos e insegurança nos campus da UFPa. Portanto, a partir do seminário sobre reforma urbana que resultará na construção do NUARU pretendemos dar um retorno social aos que pagam por nossa educação.

OBJETIVOS:

O seminário busca sensibilizar os estudantes para a questão urbana em Belém visando a criação do Núcleo Universitário de Apoio a Reforma Urbana (NUARU) que unifique comunidade e universidade na luta por melhores condições de vida na cidade, combatendo a segregação espacial e dando apoio a luta popular pela reforma urbana, através de projetos de extensão interdisciplinar que serão construídos junto a comunidade, o que resultará num processo de aprendizagem reciproca, resgatando, assim, o papel social da universidade e garantindo a relação fundamental ensino pesquisa e extensão.

Através da extensão a UFPa assume uma postura de cotidianização de seu aparato teórico metodológico e científico construindo um espaço que permite a rica integração entre teoria e prática dos estudantes, inseridos no cotidiano concreto das organizações populares, possibilitando ações coletivas no enfrentamento da questão urbana em Belém.

Universidade mais próxima do povo

SEMINÁRIO:

- TEMA GERAL: "A reforma urbana e o fortalecimento da luta popular"
- DIAS: 27 e 28 de abril
- HORÁRIO: 18:00 às 21:00 h
- LOCAL: Restaurante universitário(RU)

- Dia 27/05/2000: temas: **a) As ocupações urbanas como materialização da injustiça social: quais as principais causas? b) O que impulsiona a urbanização nos bairros periféricos? c) Como se desenvolve atualmente a luta popular por reforma urbana? Debatedores:** Saint Clair, Vitória Paracampo, MNLM, CBB e lideranças comunitárias.

METODOLOGIA: exposição de 20m para cada palestrante seguida de debate com o plenário.

- Dia 28/05/2000: tema: Como os estudantes podem contribuir para o avanço das lutas pela reforma urbana? GT's sobre reforma urbana e saúde, reforma urbana e educação, reforma urbana e cultura, etc...(essa parte já se configura no grupo de construção do NUARU).

METODOLOGIA: Divisão dos estudantes em grupos de discussão para construção dos projetos de extensão.

MATERIAL:

- Folders - 2000
- Cartazes - 300
- Faixas - 05

REALIZAÇÃO: Coletivo Pró-NUARU (Núcleo de Apoio a Reforma Urbana).

APOIO: C.A.'s, CFCH, ADUFPA, SINTUFPA.

FRENTE COMUNITÁRIA

- Documento para o Encontro Nacional de Estudantes Libertários -

Os movimentos populares de bairro tem sua semente na emergência de necessidades básicas da dignidade humana, como moradia, transporte, educação, saúde, saneamento, principalmente a partir dos anos 70 do século XX.

Foi quando emergiram também, com mais força, novas roupagens da exploração capitalista, sob os nomes pomposos de globalização, neoliberalismo e transnacionalismo. Estes conceitos forjados pelas classes dominantes a partir da Segunda Guerra Mundial embutem velhas contradições do sistema capitalista, mas acirram novos problemas e desmascaram até mesmo as práticas da esquerda tradicional, incapazes de responder às novas formas de dominação.

É uma nova frente de luta das classes dominadas, caracterizada principalmente pela heterogeneidade de interesses políticos e ideológicos e, ao mesmo tempo, pela possibilidade de conscientização e de autogestão das lutas — a ingerência de partidos políticos é mais difícil tanto quanto as organizações classistas são favorecidas nesse terreno.

O primeiro germe do movimento popular de bairro é a questão da moradia, agravada nas duas últimas décadas pelo avanço da especulação imobiliária e pela dificuldade de solução dos problemas fundiários no terceiro mundo. Um problema comum das classes oprimidas que rapidamente passou a ser uma causa de luta comum e uma fonte de união comunitária.

O problema da moradia se associa a outras demandas sociais — habitação digna é teto, rede de água e esgoto, energia elétrica barata, ônibus na esquina, asfalto, escola para todos, posto de saúde bem equipado, rádio comunitária e liberdade de expressão.

Ao contrário da avaliação da esquerda tradicional, que enxerga as lutas comunitárias como alheias à luta de classes, avaliamos que as demandas típicas dos Centros Comunitários e Associações de Moradores comprovam o caráter classista desses movimentos.

A luta das pessoas da comunidade é uma luta pela sobrevivência da classe trabalhadora. Se dá na esfera da reprodução, que está intimamente ligada às lutas da esfera da produção. Não existe uma dissensão entre o movimento operário nos sindicatos e o movimento dos moradores nos bairros da periferia. Pelo contrário, são complementares e, na atual conjuntura do capitalismo, quem mora na periferia das grandes cidades está no centro das grandes lutas do nosso tempo.

Senão vejamos. Em 1979, ascendem aos cargos principais da burguesia os partidos conservadores: temos Thatcher no ministério inglês e Reagan na presidência estadunidense. Com eles instala-se vorazmente a política neoliberal, ainda não reconhecida como tal, mas já provocando fissuras na débil economia dos países latino-americanos, a ponto de a década de 80 ser considerada pelos economistas brasileiros como a “década perdida”.

Dez anos depois, em novembro de 1989, em uma reunião organizada pelo Institute for International Economics e patrocinada pelo Banco Mundial, Banco Interamericano de

Desenvolvimento e governo estadunidense, os caciques da política econômica mundial acertaram várias diretrizes para a América Latina. Alguns economistas brasileiros participaram desse encontro, de que resultou um documento famoso para a posteridade como Consenso de Washington. A principal consequência para os oprimidos do continente latino-americano foi a falência total das políticas públicas e a doação caridosa de todo o patrimônio estatal aos escroques da especulação transnacional.

Um bom exemplo da aplicação competente desse consenso no Brasil foi a venda da segunda maior mineradora do mundo, a Companhia Vale do Rio Doce, em um processo vantajoso apenas para o comprador, um playboy endinheirado especialista em especular nos mercados emergentes: Benjamin Steinbruch. Este senhor cancelou investimentos fundamentais para a economia paraense e pode-se prever degradação cada vez maior em um dos mais belos e ricos ecossistemas do mundo — a serra dos carajás.

A principal consequência dessa política neoliberal para os trabalhadores é o desemprego. As empresas privatizadas reformularam seus quadros com demissões em massa e as grandes indústrias multinacionais investem mais e mais na mecanização, tirando das linhas de produção milhares de operários e fazendo sobrar seus milhões para aplicação nos mercados especulativos

Não é só a sobrevivência dos operários que está em risco com o desemprego: também a sobrevivência dos sindicatos fica cada vez mais difícil. O aumento nas taxas de desemprego implica numa diminuição nos quadros de associados e as lutas dos sindicatos envolvem: brigar por melhores salários, melhores condições de trabalho e avanço dos direitos trabalhistas é irreal: a briga agora é para evitar as demissões e as negociações se pautam em programas de demissão voluntária, emprego temporário, férias coletivas.

Competindo com o desemprego, o fim das políticas públicas aumenta a pauperização da classe trabalhadora e faz crescer a importância do movimento comunitário, porque o avanço do capital privado sobre os direitos essenciais da população se caracteriza como uma das principais bandeiras de luta dos movimentos sociais latino-americanos na década de 90.

Saúde, educação, habitação e alimentação são cada vez mais questões de poder. Poder pagar. Burgueses e trabalhadores não mais se diferenciam apenas ambigualmente como dominadores e dominados, exploradores e explorados, opressores e oprimidos. Uma diferença menos sutil se afirmou, modificando o caráter das lutas mas não sua natureza: agora somos excluídos ou incluídos.

Esta diferenciação tem um paradigma cuja compreensão é fundamental: o mercado. Por visualizar a magnitude do mercado nas decisões políticas e na aplicação do neoliberalismo é que o movimento zapatista representa tanta esperança para o povo mexicano. Por enfrentar diretamente a força do capital financeiro representado na especulação fundiária é que o MST se configurou como alternativa de luta para os brasileiros. Nos movimentos de bairro está a voz dos excluídos do Brasil: ainda fraca e pouco audível, mas cada vez mais presente no movimento hip hop e nas rádios comunitárias. O crescimento desses movimentos e um tom mais alto de voz dependem do avanço da organização dos excluídos.

"A AÇÃO LIBERTÁRIA NA CONJUNTURA AMERICANA"

No atual contexto da América Latina, onde os povos são oprimidos pela estrutura neoliberal e pelo capital internacional existe uma necessidade exorbitante de aglutinar a diversidade cultural e potencial do povo latino. Essa aglutinação não deve se dar aleatoriamente, mas sim através da organização e do poder popular.

Dessa forma, teremos condições de lutar pela nossa libertação, pela coletivização da riqueza, pela igualdade de direitos, etc.

As formas de como este processo se efetuará estão delineadas nas ações quotidianas do povo, ou seja, através do fortalecimento dos movimentos populares, da organização dos trabalhadores e da conscientização da construção de novos valores de solidariedade e apoio mútuo.

É importante termos clareza de que a luta do povo latino busca resolver as questões que surgem no seio do nosso quotidiano. Portanto, a proposta de organização tem que levar em consideração a nossa realidade da falta de educação, saúde, emprego, etc, e não como historicamente sempre ocorreu, equiparando ou tentando adequar as nossas ações aos padrões europeus.

INSERÇÃO MILITANTE NOS MOVIMENTOS POPULARES COMO FERRAMENTA DE LUTA

Enquanto militantes de uma corrente político social de orientação libertária, estamos quotidianamente em busca do socialismo libertário. Ou seja, no dia-a-dia procuramos obter conquistas que melhorem nossa condição de vida, mas ao mesmo tempo não podemos perder de vista que precisamos cortar o mal pela raiz.

Somente com o fim da propriedade privada e do Estado o povo organizado poderá de fato emancipar-se das tiranias capitalistas e burocratas.

Para nós essa militância quotidiana se faz concretamente no seio das camadas populares, nunca nos parlamentos e instâncias que legitimem as instituições burguesas. Pelo contrário, devemos legitimar os diversos espaços e instâncias criadas pelo povo trabalhador. É lá que se dá o processo de mobilização e fortalecimento da nossa consciência de classe.

Infelizmente a realidade atual das organizações dos trabalhadores e movimentos populares demonstram que estamos numa fase de recuo em relação a luta de classes. Isso explica em parte o reflexo vivido pelo movimento operário e popular diante da chamada "Conjuntura Neoliberal".

Assim, nada mais estratégico do que fortalecer os espaços da classe trabalhadora como caminho para nossa libertação. Falamos aqui dos Sindicatos, Centros Comunitários, Associação de Moradores, Grêmios, Centros Acadêmicos, instâncias regionais e nacionais de luta.

São nesses espaços e organizações que fazemos no dia-a-dia a luta contra nossos opressores. Na verdade nossa corrente não precisa criar nada novo ou original. É necessário reformular as estruturas de tais instâncias que na maioria das vezes se encontram de maneira verticalizada e autoritária, o que por si só já impede a participação da maioria. Além disso, é claro, precisamos reconduzir tais organizações populares para a prática da nossa classe, que sempre foi pela defesa dos valores solidários e igualitários.

Portanto precisamos resgatar um conjunto de princípios e introduzi-los em tais instâncias que serão fundamentais para fortalecer nossa luta ante nossos inimigos de classe.

Hoje, as reuniões e debates se realizam nos Sindicatos, Grêmios, Associações de Moradores, etc. tem uma participação bastante restrita muita das vezes militantes de partidos que estão mais preocupados com eleições para o parlamento burguês e outras formas verticalizadas de poder como é o "Orçamento Participativo" das prefeituras petistas. Nossa militância atua para tomar cada espaço desse o mais participativo possível.

Outra diferença de nossas propostas indicam que nós militamos não em nome ou para o povo e si enquanto membro do povo trabalhador. Assim rompemos com uma situação em que os movimentos populares tem criado em seu seio divergentes políticos, profissionais da política e burocratas que se tornam verdadeiras castas distantes completamente dos objetivos igualitários desejados por tais movimentos.

Atualmente urge a necessidade de resgarmos a auto-estima do povo trabalhador de forma a contribuir para o fortalecimento das lutas contra a classe dominante. Por isso é que o militante libertário tem um papel muito importante neste processo de impulsão dos ideais de combatividade e luta por uma sociedade igualitária e libertária.

Se a inserção social é uma estratégia fundamental para que os ideais libertários sejam reconduzidos para o conjunto dos movimentos populares, torna-se necessário associar à inserção um conjunto de princípios que construa uma cultura revolucionária nos membros de nossa classe. Essa contra-cultura ou cultura revolucionária na nossa opinião significa aperfeiçoar os princípios libertários historicamente evidenciados em diversos momentos da luta do povo contra a classe dominante.

Da Cabanagem, passando por Canudos, classe operária do início do século e atualmente bem clara na luta dos índios de Chiapas contra os poderosos do México e do imperialismo lanque.

Em todos esses momentos nossa classe buscou a auto-organização, o classismo, o federalismo, o apoio mútuo. Enfim, valores e uma cultura que faz parte das nossas raízes e precisam retornar para todos os espaços de luta de nosso povo.

Para nós, está claro que existe dois tipos de cultura. Uma que representa os interesses dos opressores, dos políticos profissionais, dos pelegos, dos reacionários, que defendem a hierarquia, a concorrência, a centralização, o individualismo e os valores burgueses de privilégio. Do outro lado, defendemos a descentralização no federalismo, a solidariedade de classe no apoio mútuo, a ação direta, a auto-organização.

Nossa militância é feita enquanto membros da classe nunca distante da realidade do povo. Precisamos ser peixes dentro d'água. O que mais importa é de fato agir e fazer parte do povo, sempre buscando que o povo assimile o conjunto de princípios libertários que contribuem para a cultura revolucionária que rompe as amarras que prendem a nossa classe no subterrâneo dos ideais capitalistas.

PROPOSTA LIBERTÁRIA DE CONTRA-PODER BURGUÊS

Na perspectiva libertária de conquistas para a nossa classe, almejamos desde já uma sociedade igualitária, descentralizada que respeite a individualidade mas que funcione para o coletivo.

A sociedade capitalista, contra qual nós lutamos, uma classe parasita vive do suor do povo trabalhador. Outra característica de sociedade capitalista e de outras formas de capitalismo estatal é a verticalização e a hierarquização nas tomadas de decisão, ou seja, o poder centralizado nas mãos do Estado que historicamente vem preservando os interesses da classe dominante.

Este poder extremamente combatido por diversos pensadores e escritores libertários foi responsável pelos maiores genocídios acontecidos na história da humanidade: os invasores europeus chegaram na América sob controle da realeza européia. E sua ação foi de reprimir violentamente os povos originários. A Revolução Russa, os Bolcheviques centralizaram o poder nas mãos do Estado soviético, rechaçando o poder dos soviets. No Brasil, durante o período ditatorial, os militares centralizaram as decisões e reprimiram violentamente seus opositores.

Em Cuba, Fidel Castro centralizou o poder e igualmente oprimiu seus opositores com o argumento de proteger a Revolução Cubana dos E.U.A. Na globalização financeira atual os grandes investidores especuladores do planeta movimentam bilhões e centralizam os destinos e rumos da maioria das economias pobres do planeta.

Em contra posição a este poder centralizado burguês, os libertários e demais revolucionários desenvolveram diversas formas de contra-poder, ou poder social, ou ainda poder popular.

- As milícias revolucionárias na Espanha
- Os soviets na Rússia
- O poder dos índios zapatistas

Na atual fase do movimento libertário, brasileiro e latino-americano, torna-se necessário fortalecer a luta popular em busca da sociedade igualitária.

É preciso aumentar nosso trabalho e fortalecer os movimentos populares como forma de construir um contra-poder que legitime o poder do povo, ou seja, o poder vindo de baixo.

O movimento libertário em sua totalidade é contra a participação nas estruturas do Estado que representa a forma de poder centralizado. Por outro lado, é muito importante que o movimento libertário volte a se engajar com firmeza nos espaços que de direito pertence aos trabalhadores e demais setores do povo. Falamos dos sindicatos, associações de moradores, grêmios, ocupações, etc.

Dessa forma estaremos construindo uma proposta de contra-poder bastante organizada, que colocará em pavor a classe dominante do país e da América Latina. Quanto mais desorganizados estiverem os espaços de engajamento dos trabalhadores, mais fortalecido estará o poder burguês, o Estado.

Na verdade quando falamos em contra-poder burguês, estamos propondo a construção do poder popular que não pode ser confundido a formas verticalizadas e hierarquizadas de poder. Pelo contrário, defendemos princípios libertários que serão fundamentais para o poder popular se efetivar. Por exemplo, a descentralização se efetiva no federalismo, auto-organização se contrapõe à existência de chefes ou presidentes.

Assim estamos defendendo uma estrutura federalista que realmente funcione, até porque nós sempre defendemos organização e disciplina libertária.

PLANO PARA ORIENTAÇÃO DA AÇÃO DA MILITÂNCIA PARA A CONSTRUÇÃO DO NUARU E DA AÇÃO NA COMUNIDADE.

O QUE QUEREMOS:

Segundo nosso planejamento no correr deste ano priorizamos a comunitária como área de luta, culminando este ano com uma O.U. para isso precisaremos do apoio da f. de educação, não apenas com a socialização do conhecimento e preparação para a ação como o apoio direto durante e depois da ação. Para isso temos algumas tática que tem que ser implantadas tanto na comunitária como na educação que devem se fortalecer ao mesmo tempo. Sendo que em síntese a comunitária deve arregimentar o povo criando assim a demanda imediata para o apoio da educação que vem através do projeto do NUARU. Isto é o objetivo que tem que estar claro na cabeça dos militantes, especialmente na educação estes objetivos não podem ser colocados, a chamada é para participar de um projeto de extensão que visa o apoio a reforma urbana, dar este caráter e objetivos que planejamos é tarefa, quando os estudantes já estiverem na ação de extensão, exclusivamente dos militantes, trabalho de formiguinha.

TRABALHO DE BASE(1ª etapa)(até dia 27 de abril):

Na educação o trabalho de base começa já mapeando e chamando quem potencialmente está mais suscetível para participar do projeto NUARU, e que possivelmente posteriormente queira participar da ação direta, isso sem tocar no assunto, o que deve ser dito é convocados para participar do projeto de extensão; o NUARU.

Na comunitária o trabalho de base é imediato, ela deve mapear os locais onde vão começar a ser arregimentado os peixes. Para isso a equipe que vai trabalhar nisso deve pegar experiência com os compas que já tiveram mais ações desse tipo para entender como se faz isso.

Esse é o trabalho de construção de alicerce para o desenvolvimento do resto da tática, conseguindo peixe e estudante, resta trabalha-los.

CONSTRUÇÃO DO NUARU E ESPAÇO PARA REINIÃO COM PEIXES(2ª etapa):

Frente de educação, a construção do NUARU(prazo 19 de maio) se dará, primeiro, na construção de um seminário,(dia 27 de abril) com os pontos de discussão que estão no pré-projeto, segundo apresentação do pre-projeto do NUARU e chamada para a construção de um coletivo pró NUARU, terceiro; formado o coletivo pró NUARU, discutir a questão da reforma urbana(projetos de extensão) e consolidar o grupo.

Ao mesmo tempo a comunitária deve Ter arranjado um espaço para a discussão com os peixes(prazo pra ontem, até 30 de abril), neste momento a comunitária tem que intensificar o que deve começar desde o trabalho de base: desenvolver os princípios que norteiam a nossa forma de nadar, colocando claramente isso e já se fazendo aplicar nas próprias reuniões assim como devem também já trabalhar a nossa forma de organização, educando-os para a luta direta, identificando o inimigo de classe, etc. E já deve começar o trabalho de pesquisar qual o melhor aquário taticamente que possamos nadar.

INTEGRAÇÃO E APOIO(3ª etapa)(começar no máximo até dia 19 de maio):

O NUARU deve começar sua atuação com a demanda já garantida pela comunitária, neste momento serão desenvolvidos os projetos que preparem os peixes para a ação, através de um desenvolvimento de uma pedagogia que discuta a realidade e a necessidade de ação, além de trabalhos na área da saúde etc. O objetivo aqui é dar segurança aos peixes colocando nosso apoio massivo a eles, criando uma integração e identificação dos peixes com os estudantes. Nesse momento a comunitária e a equipe da f. de educação do NUARU deve reunir e afinar ao máximo possível a atuação em conjunta no sentido de integrarem todos o máximo possível. Daí começa um trabalho de muita cautela dos compas da educação para conversarem com os estudantes no sentido de seduzi-los para participarem de uma atuação mais concreta e direta, para isso o NUARU deve estar bem estruturado fazendo discussões internas e construindo projetos, quer dizer, os estudantes devem estar empolgados com a atuação no NUARU, se não conseguirmos tornar tanto para os peixes quanto para os estudantes essa integração e atuação interessante, estimulante, não iremos alcançar nossos objetivos. Esta é a etapa de consolidação e preparação para a ação é a etapa mais longa e onde precisamos ter mais cautela, e precisaremos trabalhar mais.

UM, DOIS, TRÊS, LARGATI.... JÁ(4ª etapa)(prazo

Neste parte já precisaremos ter o aquário esquadrinhado, os equipamentos de defesa todos prontos, o apoio ligado, as táticas traçadas, o NUARU deve estar funcionando bem em com pelo menos a maioria dos seus membros dispostos a ações mais diretas, e principalmente os peixes e os estudantes devem estar integrados, sendo que os peixes devem estar seguros. Ação Direta.

É informação estritamente interna militância: onde é o aquário, quando vamos nadar.

PRÉ-PROJETO TERRA LIVRE FM



APRESENTAÇÃO

Rádios comunitárias interferem no poder estabelecido. Por isso se tornaram necessárias no mundo, quando o movimento pela democratização das comunicações passou a se organizar, lá pelos anos 60. Mais e mais comunidades passaram a perceber que sem comunicação democrática, não há liberdade de expressão. Enquanto não alcançarmos isso, a democracia não passará de uma farsa. Ainda estamos distantes dessa democracia verdadeira e direta, mas passo a passo, vamos construindo um caminho concreto, através da organização e da mobilização dos trabalhadores.

Os anos de ditadura provocaram a retração dos movimentos sociais em muitos países da América Latina. O Brasil passou por esse processo, em que a participação foi tolhida e as organizações dos trabalhadores reprimidas. Foi uma população amedrontada que encontrou o caminho da abertura política, no final dos anos 70.

A tradição de luta do povo brasileiro ainda passava por um processo de reconstrução, quando começou a ser aplicado o receituário neoliberal, que também se pauta na repressão às organizações e no tolhimento da participação popular — apenas usa menos a polícia para alcançar esses fins, e mais a publicidade e a alienação.

E novamente os movimentos sociais foram se perdendo. E novamente temos necessidade de reconstruir a tradição de luta. E, pela primeira vez, temos nas mãos um instrumento para combater de igual para igual as armas da classe dominante. O nosso próprio meio de comunicação deve ser barato, simples e direto, e pode ser a melhor maneira de revitalizar valores dos trabalhadores — solidariedade, cooperação, força coletiva

PRÉ-PROJETO TERRA LIVRE FM



APRESENTAÇÃO

Rádios comunitárias interferem no poder estabelecido. Por isso se tornaram necessárias no mundo, quando o movimento pela democratização das comunicações passou a se organizar, lá pelos anos 60. Mais e mais comunidades passaram a perceber que sem comunicação democrática, não há liberdade de expressão. Enquanto não alcançarmos isso, a democracia não passará de uma farsa. Ainda estamos distantes dessa democracia verdadeira e direta, mas passo a passo, vamos construindo um caminho concreto, através da organização e da mobilização dos trabalhadores.

Os anos de ditadura provocaram a retração dos movimentos sociais em muitos países da América Latina. O Brasil passou por esse processo, em que a participação foi tolhida e as organizações dos trabalhadores reprimidas. Foi uma população amedrontada que encontrou o caminho da abertura política, no final dos anos 70.

A tradição de luta do povo brasileiro ainda passava por um processo de reconstrução, quando começou a ser aplicado o receituário neoliberal, que também se pauta na repressão às organizações e no tolhimento da participação popular — apenas usa menos a polícia para alcançar esses fins, e mais a publicidade e a alienação.

E novamente os movimentos sociais foram se perdendo. E novamente temos necessidade de reconstruir a tradição de luta. E, pela primeira vez, temos nas mãos um instrumento para combater de igual para igual as armas da classe dominante. O nosso próprio meio de comunicação deve ser barato, simples e direto, e pode ser a melhor

— que estão sendo esmagados pela poderosa mídia capitalista com suas novelas e sua propaganda da competitividade.

Além disso, o investimento em rádios comunitárias e outros meios de comunicação popular certamente fortalece a capacidade de mobilização dos Centros Comunitários e das entidades populares, favorecendo a conquista dos nossos direitos, cotidianamente atacados pelos meios de comunicação e pelo aparato estatal burguês.

JUSTIFICATIVA

A comunidade do bairro da Terra Firme, na periferia de Belém, na periferia do Brasil e na periferia do mundo, está no centro do furacão. Somos 150 mil habitantes enfrentando o desemprego, a violência policial, as doenças da pobreza e da fome. Nada nos foi dado de presente. O pouco que temos de saneamento, de transporte, de educação, de saúde, foi conquistado na luta, através da nossa própria organização.

O Centro Comunitário Bom Jesus tem sido o nosso espaço de mobilização. No barracão construído com nosso próprio esforço, construímos também nossa dignidade e mais caminhos para alcançar os nossos direitos. É no Centro Comunitário que nos encontramos para discutir os problemas, nele nos reunimos para festejar nossas conquistas e para trocar experiências, conhecimentos e solidariedade.

Neste momento que as políticas públicas estão sendo destruídas em favor de uma ideologia altamente mortal para os trabalhadores, é no Centro Comunitário que encontramos forças para não desistir. Mas muitas comunidades vivem na mesma situação que a nossa, e sabemos que é tão difícil lutar quanto mais difícil é a sobrevivência. Como podemos nos organizar se em casa as crianças ainda não almoçaram? É na convivência comunitária que essas questões são respondidas. E na convivência comunitária que se dá nosso aprendizado para a luta. Não só entre os indivíduos da nossa comunidade, mas também entre os trabalhadores de todas as comunidades que enfrentam os mesmos problemas.

Aí surge a necessidade de nos comunicarmos melhor e com mais eficiência. Aí surge a necessidade de termos o nosso canal de comunicação, a nossa rádio comunitária. Precisamos deste espaço, onde o que pensamos possa ser dito, o que vivemos possa ser contado, onde as nossas histórias façam parte do roteiro, porque não nos interessa mais saber da vida dos astros e estrelas cariocas ou do velho roteiro da família rica que sofre muito, tão comum nas novelas que invadem as nossas casas.

Agora precisamos discutir nossos próprios problemas, precisamos chamar mais e mais trabalhadores para conviver e lutar conosco, não só no Centro Comunitário, mas em qualquer entidade e instância dos movimentos dos trabalhadores.

OBJETIVOS GERAIS

— Expressão das comunidades na sua originalidade e regionalidade

- Caminhar para a conscientização dos indivíduos da comunidade e conseqüentemente para uma maior organização do movimento comunitário
- Avançar para quebrar o monopólio dos meios de comunicação e derrotar o neoliberalismo

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Integrar a comunidade da Terra Firme e/ou grupos sociais às formas de expressão e participação segundo a rádio comunitária;
- participação direta de toda a comunidade independente de religião, raça, idade, sexo etc
- Informar sobre as necessidades do bairro e também sobre as lutas dos movimentos dos trabalhadores
- Dar espaço e divulgar as expressões culturais produzidas na Terra Firme
- Experimentar e estabelecer novas linguagens que valorizem o imaginário popular e as produções da Terra Firme.
- Promover debates sobre a realidade do bairro: saúde, educação, saneamento, transporte, moradia.
- Divulgar projetos de interesse da comunidade da Terra Firme
- Fortalecer o movimento comunitário da Terra Firme
- Tornar-se um espaço para a capacitação de profissionais que queiram trabalhar na própria rádio.
- Estimular a criação de outras rádios comunitárias, associando-se e articulando-se com elas na luta pela democratização dos meios de comunicação.

PÚBLICO ALVO

, No primeiro momento a prioridade é a população da Terra Firme. Num estágio mais avançado, dependendo das condições técnicas, poderão ser alcançadas as comunidades vizinhas, em bairros como Jabatiteua, Guamá, Canudos, integrando populações que vivem os mesmo problemas.

DIRETRIZES DA PROGRAMAÇÃO

A Rádio Terra Livre FM deverá veicular uma programação mínima, contendo os seguintes temas:

- Programas educativos
- Programas informativos
- Debates sociais, culturais e políticos
- Expressão da cultura local
- Produção musical local, brasileira e mundial, desde que independente, procurando se contrapor à lógica musical da mídia burguesa e da indústria fonográfica.

INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS**Núcleos de programação**

São formados por qualquer pessoa ou entidade que, concordando com os objetivos expostos neste projeto, queiram elaborar programas para compor a grade de programação da Rádio Terra Livre FM. Devem ser formadas por no mínimo três pessoas e deve apresentar um projeto mínimo de programa. Para isso, devem dirigir-se à Comissão de Programação que, em primeira instância, delibera sobre a entrada de programas na grade, ou à Assembléia Geral, que decide em última instância. Caso aprovados os programas, os núcleos passam a fazer parte do coletivo da rádio, compondo a Assembléia Geral e as Comissões operacionais. São atribuições dos núcleos:

1. Garantir a transmissão do programa no horário e dia certos, evitando o desfalque da grade de programação;
2. Zelar pela manutenção dos objetivos aqui expostos e pela qualidade da programação de acordo com este projeto;
3. Estar presentes em todas as Assembléias Gerais da rádio;
4. Indicar alguns de seus membros para as Comissões Operacionais.

Comissões operacionais

São comissões formadas pelos membros do coletivo, indicados em assembléia, podendo também ser destituídos em assembléia a qualquer momento. Serão cinco comissões: de finanças, propaganda e relações, programação, segurança e manutenção. Devem se reunir semanalmente e deliberam por consenso ou por aprovação de 75% dos seus membros. São submetidas às deliberações da Assembléia Geral.

São atribuições da **Comissão de Finanças**:

1. Elaborar planejamento financeiro para a rádio, zelando pelo seu sustento de acordo com os objetivos expostos neste projeto
2. Elaborar um plano de execução quinzenal para as atividades da rádio.
3. Viabilizar a produção dos programas previamente discutidos nas assembléias e na comissão de programação.
4. Elaborar políticas financeiras para as atividades que demandem recursos financeiros, bem como fazer prestação de contas mensal, que deve ser apresentada nas assembléias ordinárias.

São atribuições da **Comissão de Propaganda e Relações**:

1. Representar o projeto nas discussões e movimentações que envolvam a democratização das comunicações;
2. Elaborar e viabilizar pesquisas de opinião periódicas, garantindo a afinidade da programação com os interesses das comunidades interlocutoras;

3. Elaborar alternativas de marketing e divulgação das atividades da rádio, assim como meios de expressar uma imagem da mesma ao público;
4. Garantir e gerenciar as relações da Terra Livre FM com outros movimentos de trabalhadores.

São atribuições da Comissão de Programação:

1. Avaliar cotidianamente as propostas de programação apresentadas pelos membros do coletivo;
2. Aprovar novos programas e novos núcleos;
3. Atender diretamente às necessidades da programação, sendo esta a comissão que faz a ponte com as demais, no zelo pela qualidade da transmissão;
4. Garantir a manutenção de todos os horários ocupados com programação;

São atribuições da Comissão de Manutenção:

1. Elaborar planos de capacitação e reciclagem do conhecimento para os núcleos de programação, periodicamente;
2. Estudar alternativas de atualização técnica e manutenção dos equipamentos;
3. Fazer o atendimento ao público, organização de cronograma de atividades, bem como de arquivo e documentação.

São atribuições da Comissão de Segurança:

1. Manter o coletivo informado a respeito da legislação, procurando sempre alternativas para o funcionamento do projeto nas condições mais seguras;
2. Assegurar o funcionamento ininterrupto do transmissor, evitando o conhecimento de qualquer indivíduo ou grupo que possa colocar em risco o funcionamento da rádio, sobre sua localização exata;
3. Garantir a integridade dos equipamentos de estúdio e transmissão, fazendo a segurança da sede da rádio e criando uma rede de informação dentro da comunidade para evitar a aproximação de qualquer indivíduo ou grupo que possa colocar em risco o funcionamento da rádio;

Cadastro de ouvintes

Todas as pessoas abrangidas pela transmissão podem se cadastrar na Rádio neste cadastro de ouvintes, bastando para isso um comprovante de residência dentro do raio de alcance do sinal da Terra Livre FM. Os ouvintes cadastrados formam, junto com o coletivo da rádio, o Fórum Comunitário da Terra Livre FM. Os ouvintes podem interferir na programação, usando o poder de voz e voto no Fórum e o poder de voz nas Assembléias Gerais da rádio.

Assembléia geral

Composta por todos os membros do coletivo da Terra Livre FM, a Assembléia Geral deverá se reunir ordinariamente a cada mês e deliberará por maioria simples, observando o quorum mínimo de 30% dos membros presentes. Nesta instância os ouvintes tem direito a voz. É a instância máxima de decisão dentro da rádio e tem como atribuições preestabelecidas:

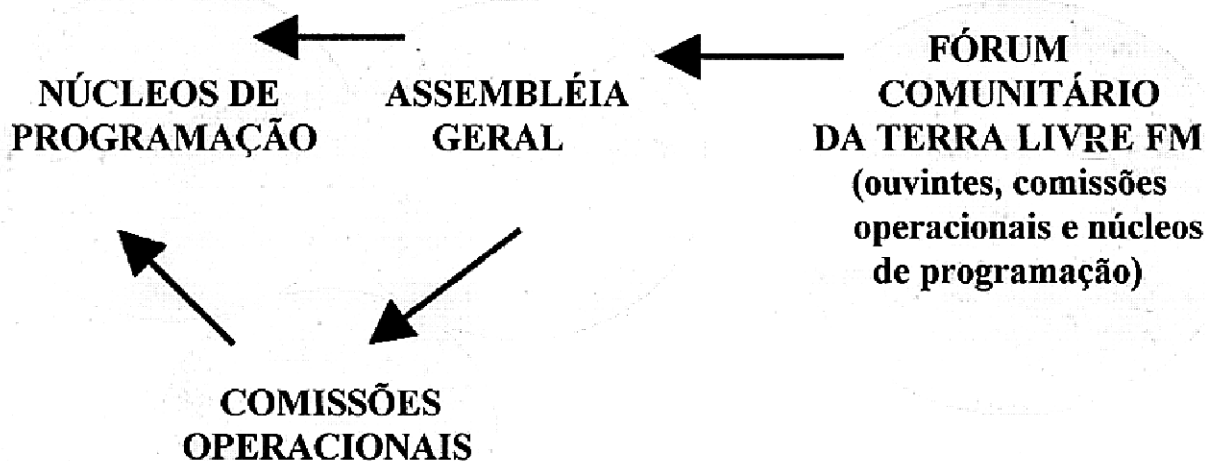
1. Indicar os membros das comissões operacionais;

2. Avaliar o trabalho das comissões, indicando as ações e novos membros de acordo com as necessidades. Se necessário, também deve retirar membros dessas comissões, ou mesmo dissolvê-las;
3. Avaliar a grade de programação e decidir, em última instância sobre a entrada e a saída de programas da grade;
4. Zelar pelos objetivos deste projeto;
5. Zelar pela autonomia da rádio;
5. Deliberar sobre os casos omissos neste projeto

Fórum comunitário da terra livre FM

É o Fórum formado pelo coletivo da rádio e pelos ouvintes. Se reunirá semestralmente para avaliar a programação e as diretrizes da rádio. Delibera por maioria simples e tem poder consultivo para as ações da rádio.

ORGANOGRAMA



RECURSOS HUMANOS

No primeiro momento, a rádio funciona com trabalho voluntário, devendo-se observar que para isso serão necessários cursos e esforços de capacitação periodicamente. De acordo com o avanço estrutural, se forem observadas novas demandas a assembleia geral deve definir sobre contratação de pessoal.

RECURSOS FINANCEIROS

Este projeto ainda não prevê orçamento de manutenção para a rádio, apenas o orçamento para aquisição dos equipamentos. Estes recursos serão originados do conjunto dos movimentos sociais dos trabalhadores e do esforço da comunidade da Terra Firme.

Terra Livre FM

MUITAS MÃOS JUNTAS E MUITA FIRMEZA



Assim conseguiremos a nossa voz e construiremos a nossa Rádio. Terra Livre é o nome da Rádio da Terra Firme. A nossa rádio. Com ela poderemos falar de nossos problemas, ouvir as músicas que gostamos, discutir os assuntos que nos incomodam e os que nos agradam. Um grupo de moradores da Terra Firme já está construindo a rádio. Temos programas e um projeto pronto. Falta só você participar. Quem tiver o que dizer, pode falar para mais gente na Terra Livre FM. Basta participar que o projeto vira realidade. A Terra é nossa e a Rádio Terra Livre também é sua.

Participe das reuniões do Centro Comunitário Bom Jesus e saiba como ajudar e fazer a Rádio da Terra Firme. Todo sábado, às 19h30, no Bom Jesus.

TERRA FIRME É TERRA LIVRE

Terra Livre FM

TERRA FIRME É TERRA LIVRE!



COMUNIQUE-SE E FAÇA DA SUA TERRA
UM LUGAR MELHOR PARA VIVER.
QUEM TEM VOZ TEM VEZ.

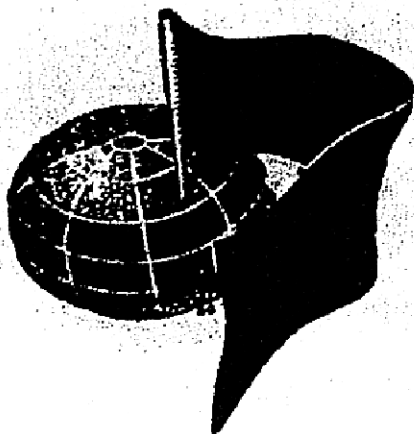
A Terra Firme tem 150 mil habitantes, vivendo precariamente. Não temos saneamento básico, nossas ruas não foram asfaltadas, vivemos em um clima de violência e tensão constante, somos oprimidos pela polícia. O desemprego é um problema crescente. Aqui, os mais velhos temem pelos filhos e os mais jovens encaram um futuro de desesperança.

Por isso trocamos a resignação pela luta, a acomodação pela inquietação, a paralisia e o individualismo pelo movimento comunitário. E agora é urgente que possamos nos comunicar. Disso surgiu a idéia da rádio e disso cresceu a firme determinação de construí-la.

O projeto de gestão já foi elaborado, alguns núcleos de programação já se formaram e estamos em fase de arrecadação financeira, para viabilizar os equipamentos da rádio, que resolvemos chamar de Terra Livre FM.

A rádio é um desejo mais firme do que as terras do bairro. É uma necessidade para combatermos e resolvermos os problemas que bem conhecemos. E pode ser uma forma da comunidade se integrar cada vez mais. Nos tornando unidos, podemos nos tornar fortes. Para isso, todos os moradores tem que participar da rádio.

Basta comparecer nas reuniões semanais do Centro Comunitário Bom Jesus, todos os sábados, às 19h30.



**INFORME-SE!
A TERRA É
NOSSA E A RÁDIO
TERRA LIVRE
TAMBÉM É SUA!**

Terra Livre FM



TERRA FIRME É TERRA LIVRE

Centro Comunitário Bom Jesus – Terra Firme